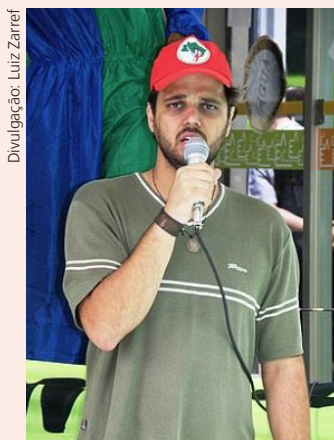


DOSSIÊ - ENTREVISTA



Luiz Zarref (MST)

Entrevistadora:

Adriana Morbeck (SEEDF)

Biografia:

Luiz Zarref é dirigente estadual do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Goiás e membro da Coordenação Nacional do MST. É formado em Engenharia Florestal (UnB), Especialista em Agroecologia (UFSC), Mestre em Agroecossistemas (UFSC) e Doutor em Geografia (UFG).

Educação do Campo, Agroecologia e meio ambiente: debates emergentes

1. Um dos maiores desafios do campo é enfrentar o êxodo dos jovens, que migram para as cidades, principalmente por falta de acesso à educação, ao lazer e ao trabalho. Como as escolas do campo podem contribuir para enfrentar esse desafio?

Luiz Zarref: Pensar a juventude é fundamental em qualquer coletivo humano. Por diversos fatores biológicos e psicossociais, esse é um período da vida humana que nos descobrimos como potenciais sujeitos históricos e tendemos a ter uma grande disposição para contestar os padrões pré-estabelecidos e promover mudanças. Mas, também, é um período de reconhecimento de nossa história, de onde viemos, das nossas raízes.

A Educação do Campo contribui justamente na produção desse sentido de sujeito histórico. Quando as escolas do campo reforçam os vínculos históricos com a comunidade, sua história, sua cultura e suas contradições, ela está sendo parte da formação de um coletivo social onde a juventude pode se compreender, se reconhecer e se colocar a disposição de transformar a realidade.

A escola do campo também deve atuar nas contradições, limites e potencialidades da produção e reprodução da vida cotidiana da comunidade. Compreender a questão agrária local, como as classes estão organizadas. Estar em constante diagnóstico, avaliação e proposição sobre, por exemplo, os sistemas produtivos existentes – ou ausentes – na comunidade. Ser território dos ensaios materiais de práticas emancipatórias na relação com a natureza – como o exercício da agroecologia – e nas relações humanas. É a reprodução da vida no campo que a escola pode buscar o enfrentamento dialético das violências – racial, de gênero, contra as diversidades – e possibilitar à juventude o entendimento de seu papel histórico na superação dessas violências.

2. Como o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem atuado na formação de crianças, jovens, adultos e idosos? Todas as escolas do Movimento têm o ensino da Agroecologia como espinha dorsal do currículo?

Luiz: Desde o início dos anos 2000, o MST vem construindo seu entendimento prático e teórico sobre o que hoje entendemos como agroecologia. Nesse processo de duas décadas, as escolas sempre tiveram centralidade. Primeiramente com nossas escolas de formação técnica, voltadas para o ensino médio, pois era basilar a formação de nossos jovens, nossos militantes, dirigentes de cooperativas e associações quanto aos conhecimentos de base agroecológica.

Nos últimos dez anos, à medida em que a agroecologia avançava tanto nos territórios, em diversas iniciativas produtivas, quanto em nossas linhas políticas, ela também foi se fazendo cada vez mais presente em todo o processo educativo. E há distintas experiências. Temos regiões que optaram por introduzir a agroecologia como disciplina específica, que perpassa toda a vida escolar do educando/a. Há regiões, também, em que as escolas implementaram campos de experiências agroecológicas – onde, além do dia a dia do lote da família, realizam-se pesquisas nas distintas áreas do conhecimento.

Não é um processo simples. Há pouca literatura sobre a relação entre educação e agroecologia, em especial nos anos do ensino fundamental. E como estamos falando da constituição de novas bases da relação ser humano-natureza, isso também tem direta conexão com a produção do conhecimento como um todo. Então, entendemos que essa é uma tarefa de longo prazo, que deve ser constantemente revista pela comunidade, pelo conjunto do movimento popular e também pela própria universidade.

O que podemos constatar é que nos territórios onde avançamos com a agroecologia no processo educativo temos conseguido avançar também na práxis agroecológica. Avançamos, portanto, na produção de alimentos saudáveis, no cuidado com os bens comuns e também na necessidade de reconstrução das relações humanas, numa perspectiva emancipatória.

3. Recentemente o MST lançou o programa “Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis”, que consiste em uma campanha nacional para o plantio de 100 milhões de árvores em 10 anos. Quais são os objetivos, os desafios e os desdobramentos desse programa e como as escolas do campo podem apoiar e participar dele?

Luiz: A história da reforma agrária está diretamente ligada à questão ambiental. Desde as primeiras propostas de reforma agrária, seja com José Bonifácio – no século XIX – com Brizola, Prestes – nas décadas de 1940 e 1950 – e com os movimentos camponeses da primeira metade do século XX, reconhecia-se que a reforma agrária seria uma política que também contribuiria na conservação dos solos e das águas, tão maltratados pelo latifúndio da cana, do café e do gado.

Quando a luta por reforma agrária foi retomada no final da ditadura militar, novamente o “caráter ambiental” apareceu. O nível de destruição ambiental do latifúndio aumentou e as terras conquistadas em sua grande maioria estavam muito degradadas. Em cada assentamento as famílias logo se organizaram para recuperar as nascentes, plantar árvores em seus quintais, cuidar da reserva legal pois, afinal, passariam toda sua vida ali. O MST sempre incentivou e promoveu o cuidado ambiental.

Atualmente, o capitalismo mundial está em uma crise estrutural, que tem impactos diretos nas dimensões sociais,

políticas e econômicas, como em outros períodos de crise em sua história. Mas, a grande – e triste – novidade dessa crise estrutural contemporânea é a sua dimensão ambiental. A sanha do capital, que se agudiza em tempos de crise, tem se voltado para explorar em níveis inéditos a natureza.

A expressão dessa crise assume caráter ainda mais violento nos países periféricos, como é nosso caso brasileiro. Em tempos recentes, temos visto um avanço completamente brutal das agressões do capitalismo com a natureza em nosso país. Ano após ano o desmatamento e as queimadas aumentam, pois, no fim, significa mais terra grilada e incorporada pelo latifúndio.

Diante de toda essa conjuntura, nós, do MST, refletimos que deveríamos enfrentar essa destruição com luta, com denúncia e, sobretudo, com propostas concretas de saídas. E uma dessas respostas é justamente o plantio de árvores. Estamos falando, então, de três dimensões do plantio de árvores:

- i. Recuperar e proteger nascentes, reservas legais, áreas degradadas que existam nos assentamentos e nas comunidades do campo onde o MST está presente;
- ii. Avançar na massificação de sistemas produtivos que tenham as árvores como componentes, sejam agroflorestas, quintais produtivos, policultivos ou integração lavoura, floresta e pecuária;
- iii. Transformar o plantio de árvores em uma ação de mobilização nacional, que ocupe não apenas o campo, mas principalmente as cidades, as periferias.

Com o projeto “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, queremos colocar o cuidado com os bens comuns – a terra, a biodiversidade, a água – no centro de um projeto de país que supere essa perspectiva de destruição, sofrimento e morte que o capital tem imposto ao nosso país. Só planta árvores quem tem esperança!

Nesses dois anos e meio do programa, avançamos muito na sensibilização e mobilização da base social do MST e na articulação com as forças organizadas da sociedade. Assim como a ocupação de terra, o romper a cerca, a produção de alimentos saudáveis, a solidariedade, também o plantio de árvores vem se tornando um símbolo da práxis política do MST. E temos um especial envolvimento da juventude das escolas do campo nesse processo.

A questão ambiental é um tema bastante recorrente na comunidade escolar, e nas escolas do campo não é diferente. Porém, há uma presença muito forte de linhas da educação ambiental burguesas ou pequeno-burguesas, que escamoteiam as reais causas da crise ambiental e alienam os educandos e educandas de seu papel de sujeitos históricos nessa temática. Com a agroecologia, nós já vínhamos trabalhando numa perspectiva popular sobre a questão ambiental, mas com o Plantio de Árvores conseguimos dar um salto de qualidade.

A mobilização das escolas passa, primeiro, por um processo de formação dos educadores e educadoras, construindo a questão ambiental justamente nessa perspectiva popular, enraizada nos conflitos do próprio território, mas também conectada para a dinâmica da luta de classes – e suas repercussões no meio ambiente – em escala nacional e internacional. A questão ambiental é impossível de ser enfrentada sem um horizonte planetário.

Com esse processo de formação é possível avançar em questões conceituais (soberania alimentar, agroecologia, bens comuns) e organizá-las com ações práticas. A construção de grupos de coletas de sementes arbóreas e de casas de sementes e viveiros, bem como o planejamento e a implementação de agroflorestas para a recuperação de nascentes e de margens de rios, são alguns exemplos. Todas essas ações contribuem para avançar em uma perspectiva popular sobre a questão ambiental nas escolas. E sempre buscando articular essas ações com as forças vivas da comunidade – associação, cooperativa, grupo de jovens e de mulheres, times de futebol etc.

4. Considerando esse contexto atual, inflamado pelo período de guerra na Ucrânia, convém destacar o impacto sobre a importação brasileira de fertilizantes oriundos da Rússia. O agronegócio em nosso país, que tem seu modelo de produção agrícola baseado em fertilizantes mineiros, tem relatado dificuldades na obtenção desses produtos. Em contrapartida, o Instituto Rio Grandense do arroz reconhece o MST como o maior produtor desse grão na América Latina, quando se considera a ausência de uso de agrotóxicos e as práticas que respeitam o meio ambiente e os trabalhadores, que o caracteriza como arroz orgânico. Isso se dá há mais de 10 anos, e a safra de 2021/2022 recebe uma estimativa de uma colheita de mais de 15 mil toneladas desse arroz orgânico. O que o MST tem para ensinar ao agronegócio brasileiro sobre práticas agrícolas sustentáveis? Seria esse um bom momento para repensar as práticas do agronegócio?

Luiz: O MST é fruto das contradições na sociedade brasileira. Não somos um bloco imutável perante o tempo. Quero dizer com isso que as lutas das quais o MST nasceu foram as lutas por terra do final da década de 1970. Somos resultado de um país que manteve o latifúndio em toda sua história – desde a invasão portuguesa. Esse latifúndio ainda é a principal forma de propriedade agrícola do país, e por isso a luta pela terra ainda é central.

Porém, o capitalismo se desenvolveu desde quando nascemos enquanto movimento nacional. O velho latifúndio foi transformado em agronegócio. As imensas extensões de terra receberam volumosos recursos públicos para adotarem um itinerário técnico de empresas transnacionais, baseado fundamentalmente em: i) mecanização pesada; ii) fertilizantes químicos industriais de alta solubilidade; iii) sementes híbridas e transgênicas; ii) imensa quantidade e diversidade de agrotóxicos. E tudo isso para produzir basicamente soja, milho, algodão, cana, celulose e carne, sempre atrelados a empresas também transnacionais que garantem a exportação desses produtos.

Os últimos 30 anos são os anos de consolidação desse modelo, do agronegócio. A contradição agrária do país agora não é só o latifúndio. É tudo o que o agronegócio produz de envenenamento, de desmatamento, de restrição alimentar, de desemprego. É um sistema nefasto, que parece moderno, mas na realidade representa os grilhões do atraso para nosso país.

E é diante dessa realidade que o MST também se transformou. Entendemos, nessas últimas três décadas, que a reforma agrária clássica – a redistribuição de terras como projeto de desenvolvimento econômico de um país – não atende mais às necessidades do povo brasileiro. É necessária uma Reforma Agrária Popular, que responda aos interesses diretos da

classe trabalhadora. E isso quer dizer, basicamente, alimentos saudáveis, em quantidade e acessíveis para as massas trabalhadoras urbanas, e cuidado com os bens comuns, sem os quais as cidades não existem – seja no sentido do abastecimento, seja porque a preservação desses bens comuns ajuda a mitigar eventos extremos, como tempestades e secas.

Para poder chegar a esse entendimento, o MST se lançou em uma grande marcha nos últimos 20 anos, que foi o desenvolvimento da agroecologia. Buscamos estudar e compreender as bases da agroecologia, implementamos muitas iniciativas, como a que foi mencionada, a do arroz. Contamos com a contribuição de muitos parceiros, de ONGs, de institutos de pesquisa, de professores históricos como Ana Primavesi e Luis Carlos Pinheiro Machado. Hoje produzimos agroecologicamente de norte a sul do país. Hortifrutis, agroflorestas, café, feijão, milho, arroz, soja, aves... Desde os acampamentos, que resistem a esses anos de contrarreforma agrária, até às cooperativas mais desenvolvidas, a agroecologia é entendida como a única possibilidade produtiva para a reforma agrária. Onde ainda temos dificuldades tecnológicas, buscamos superá-las, mas está mais do que comprovado que é possível produzir alimentos em diversidade, escala e acessíveis com as bases agroecológicas.

Embora o agronegócio apareça como forte, como avançado, suas contradições estão aumentando exponencialmente. Sua base tecnológica é contra a vida. Ele luta todos os dias contra a natureza, pois quer transformar centenas de milhares de hectares em um deserto de uma única cultura agrícola. Por isso, tende a usar cada vez mais fertilizantes químico-industriais e agrotóxicos. É um ciclo de dependência que se aprofunda cada vez mais.

Portanto, não é uma questão só do MST. Nós fazemos parte de um grande movimento, que envolve muitos movimentos do campo e que têm semeado a agroecologia por todo o país. Hoje, podemos afirmar, com segurança, que é sim possível alimentar o país a partir das bases agroecológicas. É claro que, para isso, além da decisão política e da construção prática dos movimentos, é decisivo que esse seja um elemento de projeto para o país, que obrigue o Estado a implementar políticas voltadas para o avanço da agroecologia. Temos centenas de escolas e institutos de pesquisa, como a EMBRAPA, temos empresas públicas de assistência técnica, temos uma imensa biodiversidade e um grande saber do nosso campesinato, temos um pátio industrial que, se reorientado, pode produzir os meios de produção necessários para uma verdadeira revolução agroecológica em nosso país, que cuide da natureza e que enfrente decisivamente a fome que assola o nosso povo.

5. Do seu ponto de vista, diante do contexto histórico e político atual, quais são as principais possibilidades, desafios e perspectivas para o futuro da Educação do Campo e da Agroecologia no Brasil e no Distrito Federal?

Luiz: Como afirmei anteriormente, vivemos um período de crise estrutural do capitalismo. Só que o capitalismo não acabará por si próprio. Na realidade, nesses períodos de crise ele se reinventa, aprofundando suas formas de exploração e dominação sobre os seres humanos e a natureza. O que vemos hoje é que o caráter civilizatório do desenvolvimento capitalista, muito

presente nos séculos XIX e início do século XX, parece ter se esgotado. A continuidade do capitalismo, hoje, é o avanço da barbárie, como nos alertou cem anos atrás Rosa Luxemburgo.

É, portanto, um período duríssimo. Mas é também um período de grandes possibilidades criadas pelos povos. Não existem soluções mágicas, e sim soluções produzidas coletivamente que podem superar as contradições do capitalismo. E a agroecologia é uma das bases fundantes dessas soluções de caráter popular.

Em minha opinião, as necessidades do povo brasileiro hoje passam por distribuição de riqueza e renda, alimentação, cuidado com o meio ambiente e por construção de novas relações humanas que enfrentem o racismo e o patriarcado. A agroecologia contribui para responder essas necessidades. Ela extrapola o simples “conjunto de práticas técnicas”, pois para se produzir tendo a natureza como aliada é necessário se reconstruir como sujeito. É necessário reestabelecer o metabolismo socioecológico entre ser humano e natureza, que só é possível pelo trabalho não-alienado. É necessário também cooperar, nas mais distintas formas possíveis, pois o individualismo impede a agroecologia. E é decisivo construir novas relações, pois onde haja a violência contra as mulheres, contra os sujeitos LGBTQIA+, onde haja o racismo, não é possível desenvolver a agroecologia. Portanto, a agroecologia está no centro de um projeto de vida, popular, para o nosso país.

Reforma agrária e agroecologia devem ser os pilares de um novo paradigma para a sociedade brasileira, que é a soberania alimentar. É possível termos um desenvolvimento de longo prazo, endógeno, que esteja pautado nesses pilares. Os assentamentos de reforma agrária que conquistaram algumas políticas públicas como o crédito, a assistência técnica, a habitação, onde temos escolas do campo, são a comprovação desse potencial, pois transformam regiões inteiras.

No caso do Distrito Federal (DF), esse potencial é ainda mais real. Nos últimos anos a agricultura familiar e camponesa do DF, em especial os assentamentos de reforma agrária, têm produzido uma das mais vigorosas experiências de agroecologia e vínculo com as cidades do país. A importância ecológica do DF reforçou o papel desses territórios como produtores de alimentos saudáveis, com centenas de famílias trabalhando com agroflorestas, produção animal agroecológica, em coletivos de mulheres.

Nessa construção, as escolas do campo do DF têm importante contribuição. A dinâmica geográfica do DF traz um intenso fluxo entre campo e cidade, o que lança desafios diferentes aos de outras regiões do país. Justamente por isso, a questão ambiental e a questão alimentar são potenciais de articulação entre o processo educativo e a mobilização social das comunidades onde as escolas estão inseridas. Nesse sentido, é determinante que as ações tenham no trabalho a sua centralidade, confrontando a lógica burguesa que induz a práticas alienantes, desconectadas a um projeto popular onde os educandos e educandas são sujeitos da transformação de seus territórios e do DF como um todo.

Finalizo convidando a todas e a todos a conhecerem o Dicionário de Agroecologia e Educação, recém lançado. Essa é uma parceria entre a Fiocruz e o MST, que envolveu 169 autores/as e mais de 68 instituições e movimentos. Neste dicionário, está consolidada uma síntese ampla sobre as bases políticas, sociais, econômicas e técnicas da agroecologia e é importante instrumento para o trabalho agroecológico nas escolas, nas cooperativas, nos grupos produtivos. Ele pode ser acessado gratuitamente no site da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio ou adquirido em sua versão física pelo site da editora Expressão Popular. ■